

A GESTÃO NOS CURRÍCULOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

**BRENDA DE PINHO BASTOS¹; FLÁVIO PEREIRA, MIRIAM RIBEIRO
DALLMANN, RAFAEL DA SILVA TEIXEIRA²; EDUARDO MERINO³**

¹*Escola Superior de Educação Física, UFPel – brenda.bastos@gmail.com*

²*Escola Superior de Educação Física, UFPel – flaper@terra.com.br, mr.dallmann@bol.com.br,
rafaelst91@hotmail.com*

³*Escola Superior de Educação Física, UFPel – edumerino@ig.com.br*

1. INTRODUÇÃO

A atuação dos professores na educação básica ocorre através da docência e participação nas instâncias administrativas da escola e do sistema educacional. Os cargos de direção das escolas públicas são ocupados por professores, normalmente eleitos pela comunidade escolar. Além da atuação nas escolas também exercem funções de administração junto às secretarias de educação. Em escolas privadas também é comum a presença de professores na gestão, contudo os critérios de elegibilidade variam conforme as particularidades de cada instituição.

As atividades de gestão diferem das pedagógicas e exigem outras competências a fim de dar conta da demanda exigida pelo meio. Planejamento, organização, liderança e controle são os fundamentos da administração e qualquer pessoa que atue ou pretenda atuar nos processos administrativos deve conhecer e saber operar.

Historicamente os professores de educação física têm atuado na gestão escolar como diretores ou vice-diretores e ainda na organização de eventos esportivos. Molina Neto (1998) estudando a prática dos professores de educação física no ensino básico das escolas públicas em Porto Alegre apontou que nas escolas municipais 22,5% dos diretores e 10% dos vice-diretores eram formados em educação física, enquanto na rede estadual totalizavam 6,2% dos diretores e 7,5% dos vice-diretores. O número total foi de 68 profissionais atuando em atividades de gestão.

No âmbito da formação inicial é recente a inclusão do tema da gestão nas diretrizes curriculares da licenciatura em educação física. Benites et al. (2008) descreve as tendências e ênfases das diretrizes ao longo do tempo, passando por abordagens higienistas e disciplinadoras baseadas nas linhas biológicas e tecnicistas. A inclusão de disciplinas pedagógicas ocorreu em 1969 e das ciências sociais em 1987, período de grandes discussões que buscaram legitimar a educação física enquanto área de conhecimento. Em 2002 ocorreu uma ruptura na formação de professores para a educação básica através da Resolução CNE 01/2002 que definiu diretrizes comuns para todas as profissões que atuam na escola. O foco foi uma formação mais centrada na problemática e no cotidiano escolar, ampliando consideravelmente a carga horária dos estágios curriculares com o objetivo de desenvolver competências ligadas ao processo de ensino e aprendizagem. Somente em 2004, na Resolução CNE/CES 07/2004, específica para a formação em educação física, surge referência à gestão como área de atuação profissional e a necessidade de abordar o tema nos cursos de graduação. Em 2015, foi editada uma nova resolução para a formação de professores de todas as áreas e disciplinas aumentando a carga horária para 3200h. A Resolução CNE 02/2015 traz no seu escopo além da docência a

atuação dos professores na gestão escolar, ou seja, explicita a necessidade da preparação profissional para a atuação nos cargos de administração.

Ilha e Krug (2008) apontam a baixa produção de estudos na linha da educação física e gestão escolar. Além disso, colocam a importância da formação continuada para a atuação na gestão.

Do ponto de vista legal a educação física foi regulamentada como profissão através da lei 9696/98 que estabeleceu as atividades de intervenção, entre elas constam competências próprias da gestão. Através da Resolução CONFEF 046/2002 foram definidos os campos de atuação profissional, sendo descrita a gestão em educação física e desporto.

2. METODOLOGIA

A investigação caracteriza-se como um estudo exploratório multicasos. Para Gil (2011) as pesquisas descritivas proporcionam a aproximação com um fenômeno a fim de explicitá-lo, sendo muito utilizadas no contexto educacional. O objetivo foi analisar a forma como é tratada a temática da gestão na formação profissional nos currículos dos cursos de licenciatura em educação física enquanto disciplina regular, obrigatória ou optativa/eletiva. Para isso foi realizada a análise documental dos projetos pedagógicos de cursos de licenciatura em educação física das universidades públicas do estado do Rio Grande do Sul: UFRGS, UFSM, UFPel, FURG e UNIPAMPA.

Além disso, foram analisados os programas das disciplinas que tratam do tema da gestão dentro do currículo na formação de professores para a educação básica. Os documentos foram solicitados através de contato realizado por correio eletrônico junto às coordenações de curso e professores responsáveis pelas disciplinas.

As categorias de análises forma constituídas pelas seguintes questões: presença ou não nos projetos pedagógicos com intencionalidade para os objetivos e perfil profissional do tema da gestão, se existiam disciplinas nos currículos que tratassesem do tema, as diferentes denominações, se eram obrigatórias ou optativas e em qual semestre ocorrem.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise documental dos projetos pedagógicos em apenas duas das instituições investigadas foi descrita a gestão como área de intervenção profissional, sendo explicitada dentro dos objetivos e perfil profissional da formação. Nos outros três projetos pedagógicos de curso a ênfase foi na formação para o exercício das funções de professor que atua na docência.

Todos os cursos apresentaram em seus currículos disciplinas que tratam do tema da gestão com diferentes nomes: Organização do sistema de esporte e lazer; Políticas públicas e gestão da educação básica; Administração escolar e organização da educação física; Políticas públicas de educação e Políticas educacionais e legislação da educação. Ficou clara a presença do tema na formação dos licenciados, independente de constar no projeto pedagógico como uma finalidade formar para atuação na gestão escolar. Em quatro dos currículos dos cursos as disciplinas constaram como obrigatória, o que corresponde a 80% do universo investigado.

Em dois cursos as disciplinas situam-se no quarto semestre, uma no quinto e outra no sexto semestre. No curso em a disciplina é oferecida como optativa a mesma pode ser cursada em diferentes semestres.

4. CONCLUSÕES

A presença dos professores de educação física em cargos de gestão vem ocorrendo há bastante tempo no cotidiano das escolas brasileiras. Este fato demonstra a atuação do professor para além da relação pedagógica com os alunos abrangendo o coletivo da escola consolidando mais uma possibilidade de intervenção profissional.

Podemos perceber um avanço nas diretrizes curriculares nacionais para as licenciaturas, colocando explicitamente a gestão como atividade dos professores no contexto das escolas.

Embora em todos os cursos existam disciplinas voltadas para a gestão não ficou evidenciado na maioria dos projetos pedagógicos, de forma explícita, a necessidade de desenvolver um perfil profissional que de conta de atuar neste espaço.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENITES, L. C; NETO, S. S.; HUNGER, D. O processo da constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n.2, p. 343-360, 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho de Educação Superior (CNE/CES). Resolução nº 07, 31 de março de 2004. **Institui as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena**. Brasília, DF, 31 mar. 2004b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces0704.pdf>. Acesso em: 20 ago. de 2012.
- _____. Conselho nacional de Educação. Resolução nº 01, 25 de junho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 25 jun. 2015. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 05 de ago. de 2016.
- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Nº 9.394, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 07 jul. de 2012.
- _____. Lei da Regulamentação da Profissão de Educação Física. Nº 9696, 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9696.htm Acesso em 21 mai. de 2015.
- CONFEF. RESOLUÇÃO CONFEF nº 046/2002. Disponível em**
http://www.confef.org.br/extra/resolucoes/conteudo.asp?cd_resol=82.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª Ed. – 4ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2011.
- ILHA, Franciele Roos da Silva; KRUG, H. N. . O professor de Educação Física e sua participação na Gestão Escolar: contribuições para a formação profissional. **Revista e-Curriculum** (PUCSP), v. 7, p. 1/13-15, 2008.
- MOLINA NETO, V. *A prática dos professores de educação física das escolas públicas de Porto Alegre*. Revista Movimento – Ano V – Nº9 – 1998/2. 31-46.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Escola Superior de Educação Física. **Projeto pedagógico de Curso de Licenciatura em Educação Física**. Pelotas, 2011.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Centro de Educação Física e Desporto. **Projeto Político-Pedagógico Curso de Educação Física-Licenciatura. Santa Maria**, 2005.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA. Curso de Educação Física. **Projeto Pedagógico de Curso de Educação Física-Licenciatura**. Unipampa, 2012.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE. Curso de Educação Física. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação Física**. Rio Grande, 2005.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Escola de Educação Física. **Projeto Pedagógico do Curso Educação Física Habilitação Licenciatura**. Porto Alegre, 2012.